

**Reforma política**

**Maia critica fundo  
de R\$ 3,6 bilhões**

Presidente da Câmara, Rodrigo  
Maia disse que a criação de  
fundo para pagar campanhas  
foi mau sinal dado à sociedade.  
Ele defendeu uma redução  
gradativa do valor. PÁGINA 3

# Maia: fundão é 'mau sinal'

Presidente da Câmara critica financiamento público e defende doações privadas em eleições

JEFERSON RIBEIRO

jeferson.ribeiro@oglobo.com.br

A aprovação na comissão especial de reforma política do fundo público de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões para financiar campanhas eleitorais foi um mau sinal para a sociedade, disse ontem, no Rio, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Segundo ele, seria mais compreensível se o fundo fosse reduzido gradativamente ao longo dos anos e tivesse "começo, meio e fim".

— Havia uma previsão no texto inicial do relatório para que fosse reduzido ao longo do tempo. Mas, infelizmente, optou-se pela aprovação do fundo permanente num valor alto, que, na atual conjuntura política, a sociedade não aceita. Ele (ser) permanente gera na sociedade uma visão muito equivocada — criticou Maia em palestra na Fundação Getúlio Vargas.

Apesar de criticar a mudança, Maia admitiu que os parlamentares ficaram sem opções para custear suas campanhas depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o financiamento empresarial dos candidatos. O presidente da Câmara disse que o fim abrupto aprovado pelo Judiciário não foi a melhor solução. E defendeu a volta das doações de empresas para as campanhas no futuro, mas dentro de novos limites que seriam estipulados.

— Eu entendo o que aconteceu, mas acabar com o financiamento privado não necessariamente limpa a corrupção e acaba com os problemas da política. Nós precisamos financiar o processo eleitoral. O ruim, do meu ponto de vista, não é o financiamento privado. O ruim é que o financiamento privado não tinha regras claras. Não havia limites claros por setor, não tinham limites claros para concentração de doação — argumentou Rodrigo Maia.

A comissão especial da reforma política aprovou, nos últimos dias, várias mudanças para as próximas eleições. As medidas só serão aplicadas, porém, se forem aprovadas no plenário da Câmara e do Senado.

Entre as mudanças aprovadas na comissão está a nova regra para eleição de cargos legislativos: deputados federais, estaduais e vereadores. O atual sistema proporcional é considerado falido pelos deputados. Eles decidiram na comissão que, em 2018, os parlamentares serão eleitos no sistema distritão. Vencem aqueles que tiverem mais votos.

## RESISTÊNCIA AO DISTRITÃO GANHA CORPO

Maia disse que o distritão só deve ser aprovado como um sistema de transição para que, em 2022, os postulantes a cargos legislativos sejam eleitos pelo voto distrital misto, segundo o qual o eleitor escolheria metade dos parlamentares por voto direto. A outra metade seria escolhida a partir de uma lista determinada pelos partidos.

— Eu acho que se a gente tiver o distrital misto para 2022 é maravilhoso. O sistema atual falhou e acho que distritão sem cláusula de desempenho muito alta e com financiamento público é muito ruim — disse, em crítica direta ao que foi aprovado pela comissão.

A resistência à aprovação do distritão vem ganhando corpo na Câmara e uma frente com parlamentares de vários partidos tem defendido que não aprovará a mudança caso não haja um amplo acordo para que o distritão seja aplicado

apenas em 2018. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse na quinta-feira que, caso os deputados não aprovelem dessa forma, os senadores irão mudar o texto, o que pode até mesmo colocar a aprovação de qualquer mudança inviável pela falta de tempo. Qualquer alteração nas regras eleitorais precisa ser aprovada ao menos um ano antes do próximo pleito. E, como a mudança nesse caso é constitucional, é preciso que as duas Casas aprovelem a mesma versão do texto em votações de dois turnos.

Cientistas políticos e críticos do distrito têm dito que o sistema facilitará a reeleição dos atuais deputados, muitos envolvidos em investigações da Operação Lava-Jato e com interesse em manter o foro privilegiado e serem julgados apenas no Supremo Tribunal Federal (STF).

Maia discorda e diz que o sistema provocará mais renovação.

— Ao contrário. O sistema majoritário aumenta a renovação. Na França, o Macron só fez maioria porque o sistema é majoritário. O sistema que é conservador é o sistema atual.

O distrito é ruim porque, com financiamento público, é uma eleição cara.

Segundo ele, a renovação política que existe no país hoje é de nomes, mas não do perfil do voto:

— A gente fala muito da necessidade de renovação política. O que não falta na política brasilei-

ra é renovação. O problema é que esse (atual) sistema eleitoral renova com o mesmo perfil do voto, o mesmo perfil de político. São parlamentares ligados à igreja de um lado. Do outro, os ligados ao agronegócio ou quem é ligado à máquina pública em muitos estados. Renova-se quase 50% da Câmara e efetivamente há pouca renovação.

A cláusula de desempenho alta, pedida por Maia para validar o distrito, não está entre as prioridades dos parlamentares.

#### BARREIRA MAIS BAIXA

Em outra comissão na Câmara, a relatora da emenda constitucional que estipula a regra, deputada Sheridan (PSDB-RR), propôs uma meta bem menos audaciosa para garantir aos partidos o acesso ao fundo partidário e tempo de TV nas campanhas eleitorais.

O texto aprovado no Senado, que está sendo analisado pelos deputados, previa acesso ao fundo partidário e ao tempo de TV a partidos com 2% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados em pelo menos 14 estados em 2018. Pela proposta de Sheridan, essa meta caiu para 1,5%

dos votos válidos totais para a Câmara, sendo 1% divididos em pelo menos nove estados em 2018.

Essa mudança, que pode reduzir o número de partidos no país (hoje são 35), também precisa ser aprovada com pelo menos 308 votos na Câmara e ainda terá que ser analisada pelos senadores. ●



“Infelizmente optou-se pelo fundo permanente num valor alto, que, na atual conjuntura, a sociedade não aceita.”

**Rodrigo Maia**

Presidente da Câmara

QUERO MEU DINHEIRO

## DEPUTADOS REAGEM ÀS CRÍTICAS AO FUNDO

**-BRASÍLIA-** Líderes de diferentes partidos reagiram às críticas do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), à criação do Fundo Eleitoral Público, com R\$ 3,6 bilhões. O líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini (SP), disse que Maia está querendo "jogar para a plateia". Segundo o petista, sem o financiamento público, apenas os candidatos com alto poder aquisitivo terão condições de concorrer em 2018

— O Rodrigo está querendo jogar para a plateia, para a torcida. Reduzir o valor do fundo significaria beneficiar os mais ricos, que poderão contar com autofinanciamento e doações individuais. Como ele é do DEM, faz sentido dizer isso — ironizou.

Zarattini lembrou que os R\$ 3,6 bilhões representam pouco mais da metade dos gastos da eleição de 2014, que hoje somariam R\$ 7 bilhões. Vice-líder do PTB e integrante da comissão de reforma política, a deputada Cristiane Brasil (RJ) defendeu o Fundo Eleitoral, já que não há mais financiamento de empresas:

— Se o Rodrigo (Maia) acha que o Fundo Eleitoral está muito alto, tem que discutir com a Justiça Eleitoral.

O líder do PR na Câmara, deputado José Rocha (BA), disse que o Fundo é necessário, mas admitiu que há reação na opinião pública.

— Qualquer valor será criticado — afirmou.  
(Cristiane Jungblut)



Depois da comissão. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que falou sobre a reforma política aprovada por seus colegas: para ele, distrital misto em 2022 é "maravilhoso"